

A HISTÓRIA DA MORTE NO OCIDENTE E O CONTEXTO SOCIAL COMO FATOR DE RISCO PARA O SUICÍDIO

Crisley Buqueroni Santana
Jânia Aparecida Correia
Lorena da Silva Guimarães¹
Fabiana Davel Canal²
Marcos Aurélio Lima Balbino³

RESUMO

O suicídio tornou-se um problema de saúde pública devido ao aumento de casos registrados nos últimos anos. É lamentável que o tabu acerca da morte ainda se faz presente na sociedade, principalmente quando esta é voluntária. O cenário estigmatizado dificulta debates sobre o tema. Assim, esse trabalho tem como objetivo analisar se a relação do homem diante da morte influencia na maneira como a sociedade encara o suicídio na atualidade. A pesquisa em questão tem como metodologia a revisão bibliográfica e para a compreensão do ato suicida foram buscados fatores de risco no âmbito social, tendo como base as análises de Émile Durkheim. Como resultado alcançado neste trabalho, pode-se afirmar que a percepção de morte e vida que cada um tem irá influenciar na compreensão do suicídio.

Palavras-Chave: Suicídio. Tabu. Morte. Psicologia. Sociedade.

ABSTRACT

Suicide has become a critical issue, due to the increase of cases recorded in the past few years. It is a sad fact that the taboo about death insists to be present in society, mainly when it is caused by the individual's wish, and the stigmatized scenario hampers the discussion of the theme. Thus, this study aims to analyze if the relation

¹ Graduandas em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Graduada em Psicologia (UFES). Professora da Multivix Castelo e Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução – SBI/IUPERJ. Especialista em História do Brasil pela PUC-MG. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José. Historiador na Prefeitura Municipal de Castelo. Professor Universitário e Coordenador Técnico do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

between death and the individual influences the way society faces the suicide in the current days. This research has as methodology the bibliographic review, and, in order to understand the suicidal act, the authors searched for risk factors in the social context, based on Émile Durkheim's analysis. As a result, it is possible to affirm that one's perceptions concerning life and death conduct people into the understanding of the suicide.

Keywords: Suicide. Taboo. Death. Psychology. Society.

1 INTRODUÇÃO

Falar de suicídio na sociedade contemporânea exige que tenhamos uma visão ampla acerca dos fatores que envolvem tal ato, pois quando um indivíduo por livre e espontânea vontade opta por tirar a própria vida, não significa que queira, de fato, dar um fim a ela. Pode ser que, ao contrário, ele vislumbre a morte como uma forma de resolver seus conflitos e, muitas vezes, acredita que terá a possibilidade de viver longe dos problemas (CASSORLA, 1985).

Nesse sentido, as taxas apresentadas por algumas pesquisas são alarmantes. De acordo com a OMS, por exemplo, é previsto que no ano de 2020 1,53 milhões de pessoas no mundo morrerão por suicídio, ocorrendo em média um a cada vinte segundos (MACENTE; ZANDONADE, 2011). Apesar do aumento dos índices, pouco se discute sobre o assunto.

A falta de informação a respeito do suicídio, aliada à existência do tabu sobre a morte na sociedade moderna, são barreiras que precisam ser superadas para ampliar a discussão sobre a violência auto-infligida, considerando-a como uma problemática de incumbência da saúde pública (BOTEGA, 2002).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal promover uma discussão acerca da concepção de morte ao longo da história, na busca de compreender se as atitudes do homem diante dela tem influência na maneira que a sociedade compreende o suicídio nos dias atuais. Além disso, serão relatados os fatores de risco no âmbito social, baseados nos estudos sociológicos de Émile

Durkheim.

Para realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica com levantamento de referências sobre o assunto abordado e seleção de livros e artigos científicos para o desenvolvimento da pesquisa apresentada. Buscou-se constatar a influência dos fatores socioculturais para a motivação do ato; e por fim, fomentar discussões acerca das possíveis contribuições da psicologia diante dos altos índices de suicídios que têm acontecido em nosso país e no mundo.

O ato de tirar a própria vida sempre foi algo que se fez presente nas relações sociais. Desde a antiguidade, a morte, em alguns casos, era vista como uma forma de romper com as angústias do cotidiano, ou ainda de fugir das opressões de um determinado grupo social. Sabe-se que, o desejo da autodestruição traz consigo uma série de fatores que precisam ser analisados para compreender o motivo que leva o sujeito a esta ação (CASSORLA, 1985). Por isso, são necessários estudos e pesquisas que possam contribuir para discussão e entendimento da temática já que, pouco se fala sobre o assunto, desconsiderando a problematização dos altos índices de morte voluntária registrados nos últimos anos.

2 O SER HUMANO E A MORTE

Antes de descrever sobre o suicídio, é importante apresentar o contexto sócio histórico da morte e a atitude do homem diante dela, pois se acredita que a maneira como as pessoas enxergam a morte influencia o entendimento sobre o suicídio. Para explanar sobre esse contexto será mencionado o trabalho do historiador Philippe Ariès, que fez uma pesquisa durante quinze anos acerca das atitudes do homem diante da morte, trazendo elementos que vão desde a Idade Média, até os dias atuais. Nesse percurso, identificou formas diferentes que o indivíduo encontrou para lidar com a morte.

No século XII a morte era considerada algo comum à espécie humana e as pessoas eram avisadas por meio de signos naturais. Não se tinha medo de morrer; ao contrário disso, as pessoas tinham temor de não serem advertidas a tempo. O aviso tinha como objetivo permitir que o moribundo providenciasse uma cerimônia coletiva

e de fazer alguma manifestação antes da sua morte, reunindo familiares e amigos próximos. Essa conduta é definida como “morte domada”. Nesse período, não existiam tantas expressões de tristeza e lamentações; a morte era naturalmente aceita como uma fase do desenvolvimento e os sentimentos eram evocados de forma discreta (ARIÈS, 2012).

Diferente da sociedade moderna em que, em sua maioria, espera-se a morte no hospital, no século XII a cerimônia fúnebre acontecia no quarto do moribundo, organizada de forma que todos entrassem livremente. Até as crianças participavam, e não existia a preocupação dos adultos em criar fantasias sobre a morte como nos dias atuais. Também havia aqueles que aproveitavam o momento para pedir perdão, assinar testamentos, dentre outros comportamentos (ARIÈS, 2012).

Entre os séculos XII e século XVIII surge uma nova iconografia sobre a morte, com temas macabros e imagens de decomposições físicas. É nesse momento que emerge a ideia de juízo final e de um julgamento das ações, e que essa avaliação dos atos realizados em vida definirá o destino do moribundo. Essa crença levou o indivíduo a pensar na sua própria biografia (ARIÈS, 2012).

Acredita-se, a partir de então, que cada homem revê sua vida inteira no momento em que morre de uma só vez. Acredita-se também que sua atitude nesse momento dará à sua biografia seu sentido definitivo, sua conclusão (ARIÈS, 2012, p.56).

Com isso, a morte vai dando espaço para uma preocupação individual em que o sujeito começa a fazer uma avaliação das suas ações na crença de que haverá um julgamento de toda sua biografia que determinará sua sorte na eternidade.

Para Kovacs (2008), é comum as pessoas refletirem em como será depois da morte, ou se existirá vida após ela. Essa é uma situação comum a todos os seres humanos e, embora saibamos que inexistem informações que possam elucidar tais dilemas, as pessoas constroem uma ideia da morte de acordo com suas experiências, por influência da cultura ou ainda da religião.

No século XVII, a morte também ganhou espaço na arte e literatura. Os quadros e

livros passaram a expressar em suas obras a figura de múmias, revelando um cadáver em processo de decomposição física. Todas essas mudanças levaram o homem visualizar a morte como algo peculiar, o que Ariés (2012) definiu como a “morte de si mesmo”. Essa consciência trouxe consigo dramaticidade e a emoção, que antes eram expressos de maneira sutil e, a partir desse momento, o homem passa a ter um apego maior às coisas da vida (ARIÉS, 2012).

Com o passar do tempo foram surgindo diferentes visões acerca da morte. A partir do século XVIII, por exemplo, ela aparece com um cunho romântico e o homem passa a fazer reflexões sobre a “morte do outro”. Muitos acreditavam que a morte trazia consigo uma possibilidade de uma vida futura, mas por outro lado ela era marcada pela dor da separação do seu familiar. É também nesse período que ocorre uma separação entre os vivos e os mortos, já que, por volta dos séculos XIV a XVII, não existia uma preocupação com a sepultura e os mortos eram enterrados próximos a igrejas ou praças públicas, ou seja, em ambientes que as pessoas frequentavam sem nenhum temor (ARIÉS, 2012; KOVÁCS, 2008).

Essas mudanças ocorreram por influência de diversas instituições, mas a religião foi a determinante. As religiões propagavam a existência de uma vida após a morte, e essa crença incentivava os vivos a realizarem cultos de veneração para os mortos, acreditando que esse ato seria uma forma de evitar o contato entre eles. Assim, o cemitério passa a ter um significado importante, marcado por visitas melancólicas sobre o túmulo do ente querido, que passa ter um significado que vai muito além da morte em si. “Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou uma casa própria, cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade, estranha ao começo do cristianismo” (ARIÉS, 2012, p.77).

Na segunda metade do século XIX, o homem tem uma mudança brusca em sua visão sobre a finitude da vida. E a morte, tão comum no passado, dá espaço para um sentimento silencioso e vergonhoso. Morrer a partir desse período até os dias atuais é ocultado de forma silenciosa e o moribundo deixa de ficar em casa. Os rituais passam a serem menos expressivos, ou seja, não há tantas manifestações de luto, como as vestes escuras que as pessoas usavam. As condolências aos

familiares ocorrem de maneira discreta e surgem empresas responsáveis para cuidar de todos os serviços fúnebres (ARIÈS, 2012).

O que se percebe é que os novos modos de relação social mudaram o sentido de enxergar o processo de morrer. O indivíduo que antes esperava a morte em casa cercado por amigos e familiares, fica nas instituições sobre os cuidados médicos até seus últimos dias. Áries (2012) afirma que a “morte interdita”, expressão que nomeia essa fase, tem relação com a questão de felicidade e a constante necessidade de produção da sociedade moderna. Essa evolução favoreceu um deslocamento da morte, passando a responsabilidade para os hospitais e tornando esse processo algo estranho ao indivíduo.

Mesmo sabendo da existência de um ciclo natural em nosso desenvolvimento, em que nascemos, crescemos e morremos, falar sobre a morte ainda é algo que incomoda as pessoas. É um assunto que gera angústia, tristeza e também medos e fantasias (CANASTRA, 2007).

O temor diante da morte é algo que ainda permeia as relações sociais e vai se disseminando através das crenças culturais de cada indivíduo. A “morte interdita”, citada por Áries (2012), é rompida com o suicídio, ou seja, o ato levanta a discussão sobre a finitude da vida, porém cercada de estigmas que acabam sendo uma barreira no desenvolvimento de ações preventivas. É importante destacar que a visão do suicídio ao longo da história também foi marcada por diferentes concepções influenciadas pelo contexto cultural de cada época, conforme descreveremos abaixo.

3 A MORTE VOLUNTÁRIA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS CONTEMPORÂNEOS

O suicídio é um fenômeno que atravessa a história da humanidade e a cada época existem formas diversificadas de compreender esse ato. Na antiguidade, a temática já estava presente nos mitos sobre a criação do mundo e também em livros sagrados como a Bíblia e o Alcorão. No antigo testamento da Bíblia Sagrada existem alguns relatos de casos de pessoas que tiraram a própria vida, como por exemplo, as figuras como Rei Saul, Abimalec, Sansão, Eleazar, entre outros. É

importante ressaltar que em certas ocasiões essa atitude era considerada um ato heroico (BERTOLOTE, 2012; MACEDO, 2013). Nas passagens da Bíblia, os casos de suicídio aparentemente não eram condenados. Entretanto, a partir do século VI o ato passa a ser considerado pela Igreja como um pecado mortal, comparando-se ao homicídio (BERTOLOTE, 2012).

Na antiga Grécia, o pensamento sobre o suicídio era visto de forma diferente. O indivíduo que desejava se matar deveria pedir autorização ao Senado, apresentando os motivos pelos quais acreditava ser suficientes para defender sua causa, e, se o pedido fosse aceito, o suicídio era considerado um ato legítimo, sem qualquer tipo de condenação (DURKHEIM, 2000; PALHARES, 2003).

Assim como na Grécia, em Roma os pensamentos não eram unânimes em relação ao posicionamento sobre o suicídio. Existiam a rejeição e a admiração pela coragem de manifestar a liberdade e determinar a própria morte (MINAYO, 2005). Nesse período ocorriam variações nas formas de condenar a morte voluntária e eram consideradas questões políticas e interesses econômicos. Quando os casos envolviam cidadãos comuns, isto é, aqueles que não causavam prejuízo à economia local, não havia punição, desde que existissem motivos cabíveis como: tédio à vida, vergonha, desonra, doença ou loucura (OLIVEIRA, 1994). Os suicídios injustificáveis eram os de soldados e escravos, devido a interesses econômicos e políticos, pois resultavam em perdas para os proprietários e para o Estado (PALHARES, 2003).

Durante o Cristianismo a condenação do suicídio aumentou progressivamente, segundo Minayo (2005, p. 217):

Nos quatro primeiros séculos do cristianismo, pode-se dizer que houve um longo período de ambiguidade interpretativa. A partir de então, o discurso da Igreja Católica se tornou totalmente contrário a esse ato, e os suicidas passaram a sofrer um processo de interdição absoluta. O discurso de Santo Agostinho, por exemplo, os condena terminantemente dizendo que ninguém tem o direito de espontaneamente se entregar à morte sob o pretexto de escapar aos tormentos passageiros, sob pena de se mergulhar nos tormentos eternos. Segundo esse teólogo, o suicídio contraria o sexto mandamento da Lei de Deus: “Não matarás” e por isso é um ato condenável e criminoso (MINAYO, 2005, p. 217).

No ano de 452, o Concílio de Arles reuniu autoridades eclesiásticas com o

objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé e costumes, declarou ser o suicídio um crime, e em 563, no Concílio de Praga, essa prescrição recebeu confirmação penal. Além disso, “[...] Decidiu-se então que os suicidas não seriam honrados com nenhuma comemoração no sagrado sacrifício da missa e que o canto dos salmos não acompanharia seu corpo ao túmulo” (DURKHEIM, 2000, p. 422).

No século XVII, com o avanço da medicina o suicídio passou a ser considerada uma doença somática. Os médicos associavam o ato a situações de depressão e humor melancólico (MINAYO, 2005).

As explicações médicas e somáticas das tendências suicidas avançam no sentido da irresponsabilidade daqueles que se suicidam que se tornam, assim, mais vítimas que criminosos. Os autores passam a abandonar gradativamente as causas sobrenaturais e demoníacas da loucura e do suicídio. A internação daqueles que tentam se matar passa a ser utilizada. A fim de prevenir novas tentativas, os que tentaram suicídio são fechados em gaiolas de verga, com mãos amarradas (FOUCAULT, 1978, apud MELEIRO et al., 2004, p. 45).

A partir do século XVIII, com a propagação das teorias iluministas, ocorrem algumas mudanças no tratamento dispensado àqueles que tentaram encerrar a própria vida, como a criação de associações de auxílio de reintegração para os que sobreviveram à tentativa de suicídio. Isso contribuiu para pequenas mudanças na compreensão do ato, tornando o suicídio algo racional e explicável. Por consequência, as condenações foram reduzidas e a ideia de possessão foi se extinguindo (SILVA, 2009).

No início do século XX, o suicídio passa a ser entendida como indício de doença mental, incitando o desenvolvimento de pesquisas e interpretações pelas áreas da Psiquiatria, Psicologia e também Filosofia (RIBEIRO, 2004). Atualmente, o tema é considerado um problema de saúde pública, sendo uma das três principais causas de morte no mundo entre pessoas de 15 a 44 anos. A cada ano, aproximadamente um milhão de pessoas cometem suicídio no mundo e, no Brasil, cerca de vinte e quatro pessoas se matam por dia, e há a probabilidade de esses números aumentarem nas próximas décadas (OMS, 2012).

Percebe-se que o contexto histórico apresentado, tanto da morte como do suicídio, passam por diferentes mudanças que acompanham momentos históricos e sociais. As somas dessas concepções podem contribuir para a existência do tabu em relação à violência auto infligida, pois a morte de si mesmo passa a ter um sentido de fracasso e vergonha.

Diante do exposto, verifica-se que o contexto sócio histórico no qual o homem encontra-se é preponderante na maneira dele agir sobre o mundo. E essa relação tanto pode contribuir para o receio existente sobre o suicídio, como também pode motivar o indivíduo para a ação, uma vez que, como o assunto não é discutido, poucos serão os projetos voltados para a prevenção.

3.1 O Suicídio Sobre a Ótica de Émile Durkheim

Etimologicamente, o termo suicídio tem origem no latim, *sui* significa si mesmo e *caedes* se refere à ação de matar. Esse conceito foi publicado na Inglaterra no século XVII no livro “*ReligioMedicin*” por Sir Thomas Browne. Para Ferreira (1989) a palavra suicídio é descrita “como dar a morte a si mesmo”, ou ainda, “causar a própria ruína”. Embora existam várias terminologias para definir o suicídio, é importante destacar que tais conceitos não são suficientes para elucidar os fatores etiológicos desse ato. Algumas definições, por exemplo, expõem o suicida como o único responsável pelos atos autodestrutivos, esquecendo, muitas vezes, de considerar os aspectos biopsicossociais, pois uma única definição para o ato cria uma concepção reducionista que limita os outros elementos que motivam a execução (MELEIRO et al., 2004)

Sabe-se que a morte voluntária é analisada por pesquisadores de diferentes áreas. Todavia, neste estudo, optamos por mencionar os pressupostos teóricos de Émile Durkheim (2000). O sociólogo traz à tona uma visão diferente sobre o suicídio, direcionado para as questões sociais. Isso não significa desconsiderar os outros fatores, mas diante de tantas transformações ocorridas na sociedade moderna é visível o impacto disso sobre a saúde psíquica do homem, como por exemplo, o desemprego, a crise econômica, a violência, entre outros fatores que serão abordados ao longo deste artigo.

Para Durkheim (2000), o fenômeno da autodestruição é fruto de uma desarmonia na relação indivíduo e sociedade, e cada momento da história social terá uma disposição para o suicídio. O autor aponta que o homem é um fragmento social e ele se constitui a partir do contato com o meio em que vive. É através dele que conhece as normas e a forma de como deve agir socialmente. Ao corresponder às regras estabelecidas, o indivíduo alcança uma satisfação pessoal que lhe proporciona bem-estar e equilíbrio. Porém, a quebra de vínculos e a ruptura de laços sociais ocasionam um desequilíbrio entre as partes, e o suicídio é consequência dessa anomia⁴, condição que toda sociedade está sujeita.

O indivíduo é dominado por uma realidade moral que o ultrapassa: é a realidade coletiva. Ao vermos que cada povo tem uma taxa de suicídios que lhe é pessoal, que essa taxa é mais constante do que a da moralidade geral, que, se ela evolui, é segundo um coeficiente de aceleração próprio a cada sociedade, que as variações pelas quais ela passa-nos diferentes momentos do dia, do mês, do ano não faz mais do que reproduzir o ritmo da vida social (DURKHEIM 2000, p.6).

Nesse sentido, na visão de Durkheim (2000), o suicídio é definido como um fenômeno social, reflexo da necessidade do indivíduo em corresponder às normas impostas pela comunidade. Assim, o desespero do homem diante de alguma situação faz com que ele perca o desejo de viver em sociedade.

É a relação entre indivíduo e as normas que o levam ao suicídio; tratam-se de fenômenos individuais que respondem as causas sociais, a “correntes suicidógenas” de distinto tipo que estão presentes na sociedade. Assim sendo, esse ato extremo, exasperado, de aparente individualismo que é o suicídio pode ser tema da sociologia (DURKHEIM 2000, p.26).

Para o filósofo francês, a vida em sociedade propicia situações que levam o sujeito a pensar no fim da própria existência. Ao fazer análise dos tipos de suicídio existentes na sociedade Durkheim (2000) diferencia três formas; o egoísta, altruísta e o anômico. O autor afirma que o enfraquecimento dos laços sociais provenientes da sociedade moderna ocasiona um impacto na vida do sujeito a partir do momento que ele valoriza os aspectos individuais. Assim, ao se deparar com essa estreita relação o indivíduo perde o sentido de viver enxergando na morte uma forma de romper

⁴O termo anomia é definido por Durkheim como uma desarmonia social ocasionada pela relação do homem com as normas socialmente impostas e a capacidade dele emergir de acordo ela. A disjunção desse processo provoca um desequilíbrio coletivo (DURKHEIM, 2000).

com a relação conflituosa entre o eu e coletivo. A autodestruição oriunda dos desejos individuais incapazes de realizar e do rompimento das relações sociais é definida pelo autor como “suicídio egoísta”.

Por outro lado, o vínculo intenso com a integração a um determinado grupo também é um fator motivacional para o sujeito tirar a própria vida, no “suicídio altruísta” a morte é considerada como uma forma de honra para o indivíduo. É como se o eu fosse dependente do grupo ao qual pertence. Os laços sociais são tão intensos que quando não conseguem corresponder às normas morais estabelecidas pelo coletivo o sujeito acaba sacrificando a própria vida. Um exemplo disso são os soldados em guerra, muitas vezes preferem morrer a sofrer por uma derrota (DURKHEIM, 2000).

Outra causa de morte voluntária na visão de Durkheim (2000) são os desequilíbrios que ocorrem na sociedade, estado a que ele chama de anomia. O “suicídio anômico” ocorre quando há uma perturbação da ordem coletiva, devido à ausência de regras na sociedade e a ruptura de seu equilíbrio, seja de forma positiva ou negativa⁵, ou seja, a sociedade fica provisoriamente incapaz de exercer a função de mantenedora da ordem, e impele o indivíduo à morte voluntária (DURKHEIM, 2000). Um exemplo clássico da história são as crises econômicas que segundo o autor tem uma influência significativa no aumento nas taxas de suicídio.

4 O CONTEXTO SOCIAL COMO FATOR DE RISCO PARA O SUICÍDIO

O suicídio é compreendido como um fenômeno complexo e multidimensional que perpassa todas as relações interpessoais, ou seja, um cenário de interações entre os elementos ambientais, sociais, fisiológicos, genéticos, biológicos e psicológicos. O grande número de registros de mortes voluntárias ocorridos atualmente tem proporcionado maior visibilidade ao tema, promovendo discussões em busca de compreender e prevenir o ato (MELEIRO et al., 2004). Entende-se por fatores de risco a associação de alguma característica do indivíduo, grupo, ambiente, ou evento que aumenta a probabilidade de ocorrer um acontecimento indesejável ligado

⁵ O suicídio anômico pode ocorrer tanto em períodos de crises econômicas (desequilíbrio negativo), quanto em momentos de prosperidade de uma determinada sociedade (desequilíbrio positivo), caracterizados por mudanças abruptas da ordem social (DURKHEIM, 2000).

à doença ou não (LAST, 1989, apud CASTIEL, 1999).

De acordo com os estudos promovidos pelo pensador francês, os indivíduos tendem a agir de acordo com a internalização da consciência coletiva (conjunto de crenças e sentimentos comuns aos membros de uma mesma sociedade) do grupo social ao qual pertence. Assim, nessa perspectiva analítica, um dos fatores de risco do suicídio está intimamente relacionado aos aspectos culturais (LEME, 2008). Por conseguinte, cada cultura tem suas crenças, formas de distribuição do trabalho, normas, algumas leis que lhe são próprias, e também diferentes formas de explicar o ato suicida.

Um exemplo da influência do grupo social é a cultura japonesa, em que a violência autoinfligida possui um caráter de honra e lealdade. Nos registros históricos do país há diversas demonstrações de *seppuku*, ritual em que os samurais e guerreiros, após a derrota de uma batalha cometiam suicídio através do corte do ventre, para “lavar” a honra e não se entregar aos inimigos. O último *seppuko* documentado ocorreu em 25 de novembro de 1970, em que o escritor japonês Yukio Mishima fincou um punhal no próprio ventre durante uma reivindicação nas dependências do Estado Maior do Exército no centro de Tóquio. Outras demonstrações de suicídio no país estão presentes nos ataques dos *kamikazes*, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), atitudes relacionadas ao privilégio de morrer pela pátria e família (QUADROS, 2010).

O *seppuku* e os ataques *kamikases* são rituais japoneses de autodestruição, e descritos por Durkheim como suicídio altruísta, caracterizado por uma individuação insuficiente, em que o indivíduo abnega-se de si em prol dos outros ou de um determinado grupo (DURKHEIM, 2000).

Essa construção histórica e cultural que dissemina a ideia que o suicídio é uma forma de salvar a dignidade e a nação, ou ainda de demonstração de coragem, propicia um aumento nos registros de morte voluntária (QUADROS, 2010). Estudos realizados pela OMS (2014) demonstraram que o Japão está entre os 10 países com maior número de suicídios no mundo, apresentando uma taxa de 29 mil casos

por ano.

Outro fator existente no contexto social é avanço o capitalismo, que trouxe consigo grandes modificações, como a divisão social do trabalho, os ritmos acelerados de produção e a supervalorização de bens e serviços, que passaram a influenciar nas relações entre os indivíduos, resultando no processo de individualização (BARBOSA, 2004).

Com o aumento da produtividade e oferta dos produtos, o consumo tornou-se massivo, dando origem à sociedade de consumo, caracterizada pelo desejo socialmente expandido da aquisição do excedente e do luxo (BARBOSA, 2004). As pessoas passaram a adquirir cada vez mais mercadorias, de acordo com seu significado e valor, não relacionado diretamente ao dinheiro, mas ao que esse objeto representava perante os outros, fazendo com que o ter se tornasse mais importante que o ser (MANCEBO et al, 2002).

Assim, o consumo passou a interferir na identidade e personalidade das pessoas. Isso ocorre a partir do momento que elas são reconhecidas de acordo com aquilo que possuem, assumindo um espaço que representa *status* e poder no convívio em grupo. Essas modificações no modelo de funcionamento da sociedade potencializaram o processo de individualização e, por consequência, enfraqueceram as relações sociais (MANCEBO et al, 2002), aumentando a probabilidade de risco de suicídio, como explica Durkheim ao se referir ao “suicídio egoísta”, citado anteriormente.

As questões econômicas também são caracterizadas como um fator de risco social, principalmente no atual cenário da sociedade. Estudos realizados pela OMS comprovam que a queda de produção na economia favorece um elevado índice de suicídios na região afetada. As consequências provocadas pelas crises como instabilidade financeira, aumento das taxas de desemprego e de pobreza, diminuem o nível de bem-estar e proteção, as pessoas ficam propensas à falência, e isso evidencia uma grande desintegração social (OMS, 2002). Diante desse cenário, muitas pessoas veem na morte uma saída para dar fim ao sofrimento.

Um exemplo da influência das crises econômicas nos casos de suicídio foi à queda da bolsa de valores dos EUA em 1929, conhecida como a “quinta-feira negra”. No dia 24 de outubro de 1929, depois de um período de ascensão iniciado em 1927, a Bolsa de Valores de Nova York teve uma queda repentina e drástica em suas cotações, levando milhares de investidores a falência. Bancos e fábricas faliram e o número de desempregados chegou a aproximadamente 11 milhões em 1933 (GAZIER, 2009). No dia da queda da bolsa foram registrados 11 casos de suicídio, e após a crise houve um crescimento dos índices, passando de 18 para 22,1 por 100 mil habitantes, atingindo um aumento de 22,8% em quatro anos, de 1928 a 1932 (BARBOZA, 2012).

Através da descrição desses fatores é possível perceber o impacto do contexto social para o aumento da probabilidade de suicídio. Para Durkheim (2000) essas perturbações de ordem coletiva potencializam a morte voluntária, pois a sensação de impotência diante das mudanças e desequilíbrios no grupo social faz com que o indivíduo busque na morte uma forma de resolver as desintegrações ocorridas nas relações em que vive.

Assim, levando em consideração todo esse quadro, e com o intuito de criar possibilidades de diminuição desses números, apresentaremos as possíveis práticas da Psicologia que possam colaborar para minimizar esses casos por meio da prevenção e do acompanhamento de pacientes suicidas e também dos familiares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre a morte sempre foi um afrontamento na sociedade ocidental, porém, no cenário atual o estigma só tem aumentado. Isso ocorre por meio das crenças que visam ao seu silêncio, ou seja, não se permitir falar ou vivenciar a morte, ela é interdita, busca-se a infinitude da vida e a felicidade constante. Infelizmente, a discussão sobre ela vem à tona de forma violenta e marcada por sofrimento, muitas vezes desconhecido.

Diante do exposto, verificou-se através da revisão bibliográfica que a visão existente sobre o suicídio está vinculada com a concepção de morte ao longo da história. Em

suma, o ato suicida promove uma discussão sobre a finitude da vida. Na realidade, ela rompe uma barreira cultural de que a morte deve ser escamoteada, subvertendo a ideia de que há uma ordem natural da vida. Além disso, o suicídio faz uma provocação no sentido de que “viver não é tão prazeroso como se propaga” e que o ambiente social marcado pela coerção sobre o indivíduo é um dos fatores que o impulsiona a buscar na morte a satisfação que não encontra na vida em sociedade.

Convém lembrar que o sofrimento está aliado a uma série de fatores, porém, neste trabalho em questão, buscou-se evidenciar o contexto social como risco, já que, os estudos apontam que o comportamento do homem está diretamente relacionado com o ambiente em que ele vive. Existe uma controvérsia no sentido de que, dependendo da intensidade, tanto a integração como a desintegração dele em seu grupo social são propícias para que ocorra o suicídio.

São vários os desafios a ser superados para mudar esse quadro, principalmente o tabu existente sobre essa temática. Assim, mesmo sabendo que “morte” e “suicídio” são construções sócio-históricas, é importante que a humanidade vença esse estigma. Por isso, são necessários mais estudos e pesquisas para discutir a essência desse medo de se falar sobre a morte e sua relação no entendimento do suicídio.

7 REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

BARBOZA, M. Q. A Europa em depressão. **Rev. Istoé**. N. 2225, jun. 2012.

Disponível em:

<http://www.istoec.com.br/reportagens/218103_A+EUROPA+EM+DEPRESSAO>

Acesso em: 16 de ago de 2015.

BERTOLETE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BOTEGA, N. J. **Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergências**. Porto Alegre: Artmed. 2002.

CANASTRA, C. C. C. **A morte**: abordagem interdisciplinar. Dissertação (Mestrado em Bioética Teológica)- Universidade Católica Portuguesa, 2007.

CASSORLA, R. M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense. 1985.

CASTIEL, L. D. **A medida do possível... Saúde, risco e tecnobiociências**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Editora Fiocruz, 1999.

DURKHEIM, E. **O suicídio estudo de sociologia**. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: **O dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GAZIER, B. **A crise de 1929**. Traduzido por: Julia da Rosa Simões. 1. ed. [S.l]: L&PM Pocket, 2009.

KOVACS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. 5.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LEME, A.A. A sociologia de Max Weber e Emile Durkheim: questões preliminares acerca dos métodos. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, vol.18, n. 9/10, p.725-744, 2008.

MACEDO, A. A. **O suicídio na pós-modernidade**: Adentrando o mar sem fim...Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Faculdade do Vale do Ipojuca. Caruaru: FAVIP, 2013.

MACENTE, L. B.; ZANDONADE, E. Estudo da série histórica de mortalidade por suicídio no Espírito Santo (de 1980 a 2006). **J Bras Psiquiatr**. 2011.

MANCIBO, D.; OLIVERA, D. M.; FONSECA, J. G. T.; SILVA, L. V. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. (UERJ). **Estudos de Psicologia**, 2002, p. 325-332.

MELEIRO, A. M. A. S.; TENG, C. T.; WANG, Y. P. **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.

MINAYO, M. C. S. Suicídio: violência auto infligida. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 205-240.

OLIVEIRA, F. Suicídio na Roma Antiga. **Rev.Mathesis**, Viseu, n.3, p. 65-93, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a violência e saúde**. Genebra. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Ação de saúde pública para a prevenção de suicídio**: uma estrutura. Genebra, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção do suicídio: um imperativo global**. Geneva. 2014.

PALHARES, P. A.; BAHLS, S. O suicídio nas civilizações: uma retomada histórica. **Revista Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal**, n. 84-85, 2003.

QUADROS, M. P. R. Lealdade visceral: as origens do haraquiri no Japão medieval. **Revista Historiador**. n 01. Ano 03. Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

RIBEIRO, D. M. **Suicídio: critérios científicos e legais de análise**. 2004. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12595-12596-1-PB.pdf> > Acesso em: 26 jan 2015.

SILVA, M. C. M. **Renúncia à vida pela morte voluntária: o suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950**. 2009. Dissertação Pós-Graduação em História- Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Recife, 2009.